

TERRITÓRIOS RURAIS E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL NO RIO GRANDE DO NORTE¹

Celso Donizete LOCATEL

Professor Doutor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRN
celso.locatel@gmail.com

Fernanda Laize Silva de LIMA

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRN
fernanda.laize@gmail.com

Resumo

O processo de reestruturação produtiva agrícola que vem ocorrendo no campo brasileiro e potiguar, nas últimas décadas, é marcado por um conjunto de processos globais de acumulação, de perda da capacidade de decisão local e de aumento das assimetrias territoriais, com o aumento da densidade técnica em alguns pontos do território. O presente trabalho tem como objetivo central analisar o processo contraditório de reestruturação da agropecuária do estado do Rio Grande do Norte a partir dos anos 1980, marcada por dois vetores claramente definidos e contrapostos: o agronegócio, marcado pela produção moderna da fruticultura irrigada; e a agricultura familiar, marcada por fragilidades e dificuldades em todos os circuitos espaciais de produção nos quais estão envolvidos. No caso do Rio Grande do Norte, verificamos que a fruticultura irrigada e a agricultura de alimentos básicos constituem e podem explicar parte da contradição que permeia esse processo dialético de reestruturação econômica e territorial a partir dos anos 1980. O primeiro envolve agentes e relações, fixos e fluxos, padrões de produção e acumulação, bem como de consumo, bastante verticalizados, mundializados e hegemônicos. E o segundo, em contraposição a essa lógica, está pautado no modelo da agricultura familiar, a qual padece historicamente da escassez de recursos, baixa densidade técnica, parco incentivo público, além de dificuldade de inserção comercial.

Palavras-Chave: Reestruturação Produtiva, Território, Agricultura.

TERRITORIOS RURALES Y REESTRUCTURACIÓN PRODUCTIVA DEL CAPITAL EN RIO GRANDE DO NORTE

Resumen

El proceso de reestructuración de la producción agrícola que ha desarrollado en el Brasil y Rio Grande do Norte, en las últimas décadas, se caracteriza por un conjunto de procesos de acumulación global, pérdida de la capacidad local de toma de decisiones y el aumento de las disparidades territoriales, con el aumento de la densidad técnica en algunas partes del territorio. El objetivo de este estudio fue analizar el proceso contradictorio de reestructuración de la agricultura del Rio Grande do Norte después de la década de 1980, marcada por dos vectores claramente definidos y opuestos, la agroindustria, marcada por la producción moderna de la fruta regada, y la agricultura familiar, marcada por las debilidades y dificultades en todos los circuitos espaciales de producción que están involucrados. En el caso de Rio Grande do Norte, la producción de frutas de regadío y los alimentos básicos de la agricultura son y pueden explicar parte de la contradicción de este proceso dialéctico de la reestructuración económica y territorial a partir del año 1980. La primera consiste en agentes y relaciones, fijos y los flujos, los patrones de la producción, de la acumulación y del consumo, verticales, globalizados y hegemónicos. Y la segunda, en contraposición a esta primera lógica, se guía en el modelo de la agricultura familiar, que sufre históricamente con escasos recursos, baja densidad técnica, estímulo público escaso, y dificultad de inserción comercial.

Palabras clave: Reestructuración Productiva, Territorio, Agricultura.

RURAL TERRITORIES AND PRODUCTIVE RESTRUCTURING OF THE CAPITAL IN RIO GRANDE DO NORTE

Abstract

The restructuring process of agricultural production that has been developing in Brazil and Rio Grande do Norte country sides, in recent decades, is marked by a set of global accumulation processes, loss of local decision-making capacity and increase in territorial disparities, with increasing density in some technical parts of the territory. This work

¹ Texto resultado de pesquisa, com financiamento CNPq.

was mainly aimed to analyze the contradictory restructuring process of the agriculture in Rio Grande do Norte state, since the 1980s, that was marked by two clearly defined and opposing vectors, (1) the agribusiness, marked by modern production of irrigated fruit, and (2) family farming, expressed by weaknesses and difficulties in all spatial circuits of production that they are involved. In the case of Rio Grande do Norte state, has been observed that the irrigated fruit production and the family farm production consist in and may explained, in part, by the contradictions that permeates this dialectical process of economic and territorial restructuring, since the 1980s. The first involves agents and relationships, fixed and flows, production and accumulation patterns, consumption goods, quite upright, globalized and hegemonic. The second, as opposed to this logic, is guided by the model of family farming, which suffers historically of scarce resources, low technical density, low public encouragement, and difficulty of commercial insertion.

Keywords: Productive Restructuring, Territory, Agriculture.

1. Introdução

Ao longo da história do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, a agricultura e os territórios rurais cumpriram funções relevantes em relação à acumulação ampliada do capital, passando por reestruturações que foram impulsionadas tanto por variáveis internas a esses territórios como externas. Nesse sentido, a reestruturação produtiva observada nos campos brasileiro, em geral, e potiguar, em particular, nas últimas décadas é marcada por processos globais de acumulação, além da perda da capacidade de decisão local e do aumento das assimetrias territoriais, com o aumento da densidade técnica em alguns pontos do território.

Deve-se destacar que o movimento dos capitais internacionais, ao promover mudanças na divisão internacional do trabalho – ao mesmo tempo resultante da globalização e condicionante desse processo – implica em mudanças em outras escalas da divisão territorial do trabalho, havendo repercussões no âmbito nacional, regional e local, repercutindo, assim, na configuração e reconfiguração do território.

No que concerne ao espaço rural, foco central desta proposta, cumpre ressaltar que sua dimensão/evidência, no contexto da reestruturação produtiva do capital, é marcada pelos pares dialéticos, acumulação-segregação, globalização-exclusão, exacerbação da riqueza versus reprodução e acirramento da pobreza, em várias escalas, a ponto de gerar o que foi definido por Santos (2010) como pobreza estrutural. Por isso, esse processo se mostra de forma diversa, complexa e perversa, traduzindo-se por meio das contradições presentes no espaço, tanto no campo quanto na cidade.

No Rio Grande do Norte, a fruticultura irrigada e a agricultura de alimentos básicos constituem e podem explicar parte da contradição que permeia esse processo dialético de reestruturação econômica e territorial a partir dos anos 1980. Vale considerar que o Estado brasileiro tem desempenhado papel crucial na garantia das condições necessárias à reestruturação produtiva dos territórios rurais.

No tocante à fruticultura irrigada, pautada nos elementos da globalização (agentes, relações, processos, fixos e fluxos que marcam esse processo), pode-se perceber uma clara evidência do contexto contraditório do processo de reestruturação produtiva do capital, no qual se insere o estado potiguar. Trata-se de um vetor do processo de reestruturação econômica do Rio Grande do Norte, fortemente influenciado/inserido pelo (e no) processo de mundialização do capital, pois envolve agentes e relações, fixos e fluxos, padrões de produção e acumulação, bem como de consumo, bastante verticalizados, mundializados, hegemônicos, apesar da coexistência que é possível observar em determinadas etapas do processo. O uso da técnica é outro elemento marcante desse processo, cuja base é sustentada por um aparato pautado nos métodos modernos de produção, como a irrigação, os insumos e os equipamentos agrícolas modernos, o manejo do solo, o controle de pragas, a produção de mudas, dentre outros fatores, tudo isso seguindo o rigor imposto pela Revolução Verde mundial e nacional. Em contraposição a essa lógica, observa-se o poder/papel da agricultura familiar, a qual padece historicamente da escassez de recursos, baixa densidade técnica, pouco incentivo público, dificuldade de inserção comercial etc, não obstante as mudanças observadas nas últimas décadas.

Diante do exposto, o presente trabalho visa analisar o processo contraditório de reestruturação da agropecuária no estado do Rio Grande do Norte, a partir dos anos 1980, marcada por dois vetores claramente definidos e contrapostos: o agronegócio, caracterizado pela produção moderna da fruticultura irrigada; e a agricultura familiar, marcada por fragilidades e dificuldades em todos os circuitos espaciais de produção nos quais estão envolvidos.

Para tanto, foi necessária a utilização de recursos metodológicos, tais como: pesquisa bibliográfica e documental de dados secundários, junto ao Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Para se atingir o objetivo deste trabalho, esse foi organizado a partir de uma discussão teórica sobre a reestruturação produtiva, seguida de uma caracterização das mudanças observadas na estrutura produtiva agrícola no estado do Rio Grande do Norte e, por fim, de uma análise da configuração do território potiguar, a partir dos seus usos agrícolas.

2. Reestruturação produtiva: algumas considerações

O último terço do século XX foi marcado por uma série de transformações nas formas de produzir, de gerir e de organizar o trabalho nas manifestações culturais e nas práticas de lazer, nas estratégias e formas de atuação dos movimentos sociais, na gestão pública e na atuação do poder público, assim como nas dinâmicas territoriais (BERNADELLI; LOCATEL; BARBUDO, 2003).

De acordo com esses autores,

Todas estas transformações, que vem sendo operadas em ritmos e intensidades diferenciados nos mais diversos lugares do mundo, são consonantes à atual fase de reprodução e acumulação capitalista, marcada pelos processos de globalização e mundialização do capital, (re)definindo estruturas territoriais de produção, de consumo (aqui entendido de forma ampla, abarcando informações, mercadorias, valores e, de forma singular, o próprio território), de gestão, novos fluxos (de mercadorias, informações, ideias, pessoas), dando origem a constituição e consolidação de redes também diferenciadas. (BERNADELLI; LOCATEL; BARBUDO, 2003).

Nesse sentido, a reestruturação produtiva do capital está associada à busca ou criação de mecanismos para contornar as crises cíclicas, que fazem parte da dinâmica do modo de produção capitalista.

Segundo Benko (1996), a flexibilidade das formas organizacionais da produção provoca a flexibilidade dos mercados de trabalho que são fortalecidas na aglomeração geográfica, ou seja, na escala urbana. Contudo, a “ampliação dos mercados locais de trabalho e as novas formas da reprodução socioespacial contribuem para o processo global de crescimento dos novos complexos” (BENKO, 1996, p. 148).

Nesse sentido, o autor destaca que a concentração espacial da produção oferece muitas vantagens à reprodução do capital, porém, ao passo que ocorre o desenvolvimento excessivo da aglomeração, essa pode tornar-se desvantajosa, tendendo a provocar a acumulação de deseconomias².

Em decorrência das novas dinâmicas, sentidas de forma mais expressiva atualmente, tem-se o desencadeamento do processo de desconcentração das atividades produtivas que ocorrem de maneira mais significativa na organização da produção associada à evolução tecnológica e à modificação dos métodos de trabalho.

Assim, o processo de desconcentração ocorre com o nascimento de novos setores de atividades, de novos produtos e de desenvolvimento de novas tecnologias, que vão encontrar, também, nos espaços sem tradição industrial, ou sem tradição agrícola, condições favoráveis para se desenvolver, como é o caso observado com a agricultura e com o setor agroindustrial no estado do Rio Grande do Norte.

Dessa forma, a localização das atividades produtivas apresenta dois movimentos sucessivos:

uma concentração geográfica das atividades, que permite obter economias de aglomeração (baseadas na organização da produção e na formação dos mercados locais de trabalho), seguida por desconcentração geográfica da produção para evitar as deseconomias de aglomeração crescente provocadas pela concentração acentuada das atividades (...) desse

² Pode-se exemplificar o referido processo com os problemas verificados nas grandes metrópoles, tais como: congestionamentos; violência, que obriga as empresas a maiores investimentos em segurança; especulação imobiliária, encarecendo a instalação ou ampliação de atividades econômicas, entre outras, o que comprometem a reprodução ampliada do capital e, portanto, dos lucros.

modo os novos espaços de produção nascem e os antigos são condenados seja a renovar-se, seja a desaparecer (BENKO, 1996, p. 150).

Diante desse processo de (re)localização das novas atividades produtivas, observa-se grandes transformações na organização dos espaços urbano e rural, que se tornam cada vez mais fundamentais para a (re)estruturação das atividades econômicas em escala internacional. Nesse sentido, Sassen (1998, p. 47) destaca que ocorre o “surgimento de um novo tipo de sistema urbano, que opera em níveis regionais, globais e transnacionais. (...) Essas cidades despontam como lugares estratégicos na economia global”. Não só as cidades, mas determinadas porções rurais do território, que são apropriadas pelos capitais internacionais e nacionais, passam a desempenhar papel fundamental na estruturação de circuitos espaciais de produção, que atingem mercados na escala mundial.

A nova dinâmica, criada pela expansão do capitalismo (e conseqüente flexibilização da produção), impõe ao campo e à cidade um ajustamento às novas situações, o que implica em uma interação das subestruturas de cada subsistema (territorial, econômico, sociocultural) e do sistema como um todo, o que leva a novos níveis de equilíbrio (CORDEIRO, 1997).

Esse processo, por um lado, é conduzido pela produção monopolista do espaço, que possibilita a materialização de um novo espaço social, superando o espaço concreto preexistente, por outro lado, é influenciado pela condição anterior de um espaço, também preexistente e mais amplo, que vai determinar a nova forma de organização do espaço, como a acumulação do anterior. Para Lipietz (1988, p. 142), “a acumulação do espaço anterior pode, com efeito, ser total: expropriação jurídica, expulsão ou deportação dos usuários anteriores, arrasamento do quadro construído”. Assim,

Em vez de uma reprodução ampliada por germinação em volta do espaço antigo, há acumulação do espaço social/econômico preexistente e produção programada no tempo de um novo espaço. Os grandes conjuntos habitacionais em grandes subúrbios ou a renovação maciça dos centros são os exemplos mais conhecidos, mas a diferença é também nítida no que concerne às zonas industriais e portuárias. (...) O que se torna determinante é o cálculo interno do planejados, a relação entre o capital a investir e o lucro esperado, e resumo, o que chamei de mecanismo do **tributo diferencial endógeno**. (LIPIETZ, 1988, p. 142).

Para Lipietz (1988), o tributo diferencial endógeno refere-se à diferença do tributo provocado pelo nível do próprio investimento capitalista, que é por ele considerado, análogo à renda diferencial II, de Marx. Diante do exposto, pode-se inferir que a nova dinâmica econômica, que é global, está interferindo de forma explícita na (re)produção/(re)organização dos espaços urbano e rural, por meio das novas formas de territorialização desse processo. Contudo, essa (re)produção/(re)organização espacial insere-se na fase mais recente do processo produtivo, que se desenvolve por meio das forças que possuem o controle do capital, que é aplicado na produção de

espaços adaptados às novas condições técnicas, com vistas à multiplicação da sua eficiência, enquanto espaço de reprodução ampliada do capital.

A lógica da acumulação e a organização das atividades econômicas, baseadas no fordismo e no keynesianismo, demonstraram-se totalmente incapazes de conter as contradições inerentes ao modo de produção capitalista, por conta da rigidez apresentada por esses, ao que se pode atribuir o desencadeamento das transformações observadas atualmente na organização do capital, segundo Harvey (1993).

O regime de acumulação fordista tinha como características básicas a produção industrial padronizada apoiada no consumo de massa. Nesse modelo de desenvolvimento, o Estado tem papel de destaque, atuando na regulação dos conflitos capital x trabalho, na produção de infraestrutura, para a geração de economias de aglomeração, além de, em muitos casos, criando benefícios diretos, como incentivos fiscais e subsídios para o grande capital, visando regular a demanda efetiva, garantindo o aumento da produção e da acumulação privada do capital. Esse modelo de acumulação chegou aos seus limites no final dos anos 1960, quando entra em colapso, dando início a mais uma crise econômica a partir dos anos 1970. Nos anos 1980, observa-se sinais de organização de uma nova forma de desenvolvimento do capitalismo, baseada na produção flexível, conforme destaca Swyngdouw & Kestelot (1989).

Nesse contexto,

Le passage à un nouveau régime d'accumulation s'accompagne donc de changements fondamentaux dans les modes de production et de consommation, les formes de transactions matérielles et informationnelles, les infrastructures qui les sous-tendent, les mécanismes institutionnels de régulation des relations sociales. Ils induisent une restructuration spatiale de la société entière (mises en liaison de nouveaux espaces, définition d'une nouvelle division spatiale du travail, réorientation des politiques spatiales, création de nouveaux espaces de consommation, redéfinition du contenu idéologique des espaces, etc.)” (SWYNGDOUW & KESTELLOT, 1989, p. 248).

Dessa forma, o embate entre a acumulação flexível³ e a rigidez do fordismo gerou, e está gerando, uma reestruturação das indústrias tradicionais e uma perda generalizada de empregos, levando inúmeras regiões industriais a profundas crises sociais, por um lado, enquanto que, por outro, observa-se o surgimento de novas zonas industriais apoiadas na produção de alta tecnologia e

³ Para Harvey, a acumulação flexível “se apoia na flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. Além disso, caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto em setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviço’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a ‘Terceira Itália’, Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados (1993, p. 140).

na flexibilização da produção. Do mesmo modo, observa-se que regiões com grande importância econômica devido à produção agropecuária, entram em declínio, enquanto que regiões sem tradição agrícola passam a se destacar na produção de mercadorias, tanto para o mercado interno, como para o mercado mundial, a partir da ampliação da base técnica e da territorialização de novos capitais nacionais e internacionais.

Nessa perspectiva,

la structuration spatiale des activités économiques fait partie intrinsèque de la forme concrète d'un régime d'accumulation, et chaque crise entraîne l'abandon d'anciennes et la création de nouvelles configurations spatiales de la production (Swyndouw & Kestellot, 1989, p. 248).

Diante dessa nova forma de organizar a produção, com uma multiplicidade de vínculos e inter-relações entre os Estados, assim como entre o Estado e as empresas, definem-se novas configurações territoriais da produção, tanto a partir das atividades econômicas urbano-industriais como agrícolas. Assim, uma nova materialidade e novos usos do território se definem, com a instalação de novos equipamentos e infraestruturas (objetos técnicos) e utilização de novas formas de organizar e normatizar as atividades produtivas, o que reflete na redefinição das relações sociais.

Para melhor compreender a reestruturação produtiva, em especial em regiões brasileiras que ficaram à margem do processo de industrialização até a década de 1980, faz-se necessário abordar a realocação industrial que se observa nas últimas décadas, assim como a territorialização de capital nacional e internacional em áreas recém-ocupadas ou de agricultura tradicional, além da monopolização do território, a partir do controle dos mercados, tanto de insumos, máquinas e equipamentos para a agricultura, como de mercadorias agropecuárias.

De certo modo, a reestruturação produtiva derivada da busca incessante de superação das crises cíclicas do capital modifica o espaço e, conseqüentemente, há uma nova divisão territorial do trabalho, na qual as grandes empresas são realocadas em áreas que apresentam maiores vantagens competitivas para essas. A priori, tais vantagens eram encontradas (nos países periféricos) nas grandes cidades, nas quais o acesso à informação, ao transporte, dentre outros, era mais facilitado. Atualmente, as áreas interioranas e rurais são as mais procuradas pelas empresas para a localização das mesmas, que também têm buscado diversificar investimentos.

Nesse sentido, Thomaz Jr (2002) afirma que é a partir dos anos 1980 que, no Brasil, evidenciam-se os primeiros impulsos do processo de reestruturação produtiva, porém, é na década de 1990 que esse fenômeno atinge uma nova amplitude e profundidade, momento em que as inovações técnicas e organizacionais assumem um caráter mais sistêmico em todos os circuitos produtivos dos diversos setores econômicos.

Diante desse contexto, faz-se necessário empreender esforços para se verificar de que forma tal processo e seus efeitos estão presentes na realidade potiguar, em especial no que diz respeito à relação campo-cidade e à organização das atividades agrícolas.

3. Elementos da reestruturação produtiva no território rural potiguar

Até meados da década de 1980, a economia agrícola do Rio Grande do Norte esteve pautada em atividades, como o cultivo da cana-de-açúcar, sobretudo na faixa litorânea oriental; a pecuária extensiva, com destaque para o semiárido potiguar; a prática de uma agricultura de excedente (para o autoconsumo e a comercialização do excedente), em especial no agreste potiguar. Além desses cultivos, destacava-se o extrativismo vegetal, particularmente da carnaúba e da oiticica. Todas essas atividades apresentavam baixos níveis de produtividade e o uso de técnicas produtivas rudimentares. Entretanto, nas últimas décadas, a atividade agrícola no RN obteve maior dinamização, apresentando maiores volumes de investimentos recebidos, maiores níveis de produção e de produtividade, maiores volumes de exportações de produtos agrícolas e elevação do consumo produtivo agrícola.

Tais mudanças significativas que ocorreram na configuração territorial e no uso agrícola do território potiguar decorreram de um conjunto de fatores de ordem econômica, política e social, externos às dinâmicas preexistentes, caracterizando-se especialmente pela incorporação de inovações tecnológicas na produção agrícola, que compreendem o processo de reestruturação produtiva. Ressaltamos ainda que as áreas do estado que apresentam maior integração aos mercados nacional e internacional e maiores densidade e eficiência científica-informacional nos sistemas técnicos agrícolas, apesar de se destacarem no contexto da agricultura potiguar, por vezes, possuem dinâmicas pouco expressivas quando analisadas no contexto da agricultura brasileira.

A intensificação do uso de técnicas modernas na agricultura não ocorre de maneira homogênea no RN, seguindo uma tendência nacional, ao privilegiar determinadas áreas, lavouras e segmentos sociais, com destaque para a faixa litorânea do estado, com o desenvolvimento do setor sucroalcooleiro e a predominância de grandes empresas controlando a produção, bem como a região do Vale do Açu, com o desenvolvimento da fruticultura irrigada, também com a presença marcante de multinacionais do agronegócio, além do Alto Oeste, como o cultivo de melão irrigado, em especial nos municípios de Baraúna, Mossoró e Apodi.

Verificamos que a combinação de um conjunto de fatores e de eventos, que conferem particularidades ao RN, possibilitou sua integração aos mercados nacional e internacional. No caso específico do Vale do Açu, a produção de frutas tropicais no baixo curso do rio Açu se apresentou

como uma atividade rentável e atrativa ao capital de grandes empresas multinacionais, uma vez que a produção ocorre no período de entressafra dos demais principais produtores mundiais de frutas, bem como pela inexistência da “mosca da fruta” na região. Essa região tornou-se atrativa também em virtude das suas condições fisiográficas, como altas temperaturas; forte luminosidade; baixa umidade relativa do ar; uma topografia plana e a existência de solos de fácil manejo e excelente drenagem.

Ademais, a atuação do Estado se fez primaz, uma vez que a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada para promover o desenvolvimento do Nordeste, dentre os seus objetivos, almejava a modernização da base técnica da produção agrícola, dando ênfase aos projetos de irrigação. Para tanto, essa instituição passou a apoiar a construção de grandes perímetros irrigados na região, estando um deles situado no Vale do Açu, no Rio Grande do Norte, a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, que foi concluída em 1983, em consonância com as ações pontuais da “política de açudagem” do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS). Não obstante, uma grande quantidade de terras agricultáveis que estavam ociosas ou que estavam ocupadas com agricultura para autoconsumo foi comprada a baixos preços e/ou griladas, passando a pertencer a grandes empresas que atuavam no segmento do agronegócio de frutas.

Sobre as referidas obras públicas, a exemplo de barragens, açudes e adutoras, Albano (2008, p. 116) expõe que o I Plano Plurianual de Irrigação (I PPI), em 1978, “possibilitou a generalização de empreendimentos privados de irrigação, através da facilitação do acesso à água, empreendimentos esses que usavam técnicas modernas”, de modo que, se vinculando às ações do DNOCS, esse Plano priorizou os projetos situados no vale úmido que deram suporte ao desenvolvimento da fruticultura irrigada no estado.

Tem-se um longo processo histórico, que remonta à década de 1930, com estudos realizados pela então Inspetoria de Obras Contra as Secas (IFOCS). Desde o final da década de trinta (1937-1939), a região do Vale do Açu tinha se tornado objeto de estudos e de sondagens em campo, realizados pela antiga IFOCS, buscando uma solução para o disciplinamento do rio Açu que, com os períodos de cheias, chegava a inundar povoados. Não obstante, “Com essas sondagens, buscava-se encontrar um local adequado para uma acumulação d’água que possibilitasse um programa mais intensivo de irrigação” (FERNANDES, 1992, p.43).

Somente após trinta anos, durante o período de 1967 a 1971, ocorrem novamente estudos no Rio Grande do Norte, os quais, encomendados pelo DNOCS, apontaram o ponto considerado ideal para a construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, que seria entre o norte do município de São Rafael e o sul do então município de Ipanguaçu (depois, o sul do município de Ipanguaçu se emancipou, dando origem a um novo município chamado Itajá). Nesse contexto, a Barragem

começava a sair do papel, a partir da publicação do Decreto nº. 76.046, de 29 de julho de 1975, que declarava como sendo de utilidade pública uma área de aproximadamente 158.476,84 hectares (SANTANA, 1997; FERNANDES, 1992).

As implantações dessas obras, como a construção da barragem e de muitos açudes, ocorriam sob o argumento de que essas propiciariam, aos poucos, a água necessária às populações sertanejas para uso doméstico, para o gado e para as lavouras – mesmo em períodos de estiagens – possibilitando maior regularidade dos cultivos a partir do uso da irrigação, portanto, favorecendo a manutenção de uma produção e comercialização regular tanto de produtos de subsistência, quanto de outros com maior importância econômica para o Rio Grande do Norte, caso do algodão seridoense (SANTANA, 1997).

Essas políticas hídricas, associadas a um conjunto de outras, inauguraram um novo período no Rio Grande do Norte, o do meio técnico-científico-informacional. Assim, a construção de infraestruturas – rodovias, linhas de transmissão de energia, dutos e canais para irrigação – contribuiu para viabilizar a implantação dos perímetros irrigados e de uma agricultura mais moderna, voltada para o mercado internacional de frutas.

Salientamos que as condições de circulação são importantes para a agricultura, no que concerne ao transporte de cargas, favorecendo o consumo de insumos produtivos e o escoamento da produção. Nesse sentido, a logística de transportes, incluindo rodovias, porto e aeroporto, associada à localização estratégica do Rio Grande do Norte, com maior proximidade com o continente europeu, possibilita a diminuição de despesas com o transporte e o tempo gasto para chegada dos produtos ao seu destino final. Sob essa perspectiva, o Estado investiu em pavimentação de rodovias estaduais, a partir da década de 1970, e na adequação do aeroporto e do porto de Natal, dando maior fluidez ao território, criando as condições técnicas para a reestruturação da agricultura no estado.

Além dos aspectos mencionados, dois outros fatores foram de fundamental importância para essa reestruturação: a criação de um sistema de crédito agrícola e outro de pesquisa agropecuária. O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que foi instituído em 1965, por meio da Lei 4.829 de 05 de novembro de 1965, e regulamentado pelo Decreto 58.380, de 10 de maio de 1966, foi o principal instrumento utilizado para a consolidação da modernização da agropecuária e tinha como finalidade estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, favorecer o custeio e adequação da produção e a comercialização de produtos agropecuários, fortalecer a economia dos produtores rurais e introduzir, mediante incentivos, métodos mais racionais de produção, conforme destaca Gonçalves Neto (1997). O sistema de crédito foi operado, principalmente, por bancos públicos, atendendo aos médios e grandes produtores, em detrimento dos pequenos agricultores em todo o território nacional.

Concomitante à execução dessas políticas de infraestrutura e de crédito, foi estruturada a política de apoio à pesquisa agropecuária no país. Em 1973, foi criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que possui unidades de pesquisa em vários estados da União. Como inicialmente o Rio Grande do Norte não foi contemplado com a implantação de uma unidade de pesquisa da EMBRAPA, o governo do estado decidiu criar uma empresa estadual com o mesmo objetivo. A Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte (EMPARN) é uma Empresa Pública, vinculada à Secretaria de Agricultura, da Pecuária e da Pesca (SAPE). É constituída de uma sociedade entre o Estado do Rio Grande do Norte e o Governo Federal, por meio da EMBRAPA, que participam com 51% e 49%, respectivamente, do seu capital social, conforme Decreto Estadual nº 7.741, de 9 de novembro de 1979, e teve suas atividades iniciadas no ano de 1980 (EMPARN, 2010).

Assim, no período que se estendeu entre as décadas de 1960 a 1980, o Estado brasileiro manteve uma forte política de concessão de subsídios (crédito rural subsidiado, política de garantia de preços mínimos), além da implantação de infraestrutura, como a construção de rodovias pavimentadas, portos, pontes, aeroportos, usinas hidrelétricas, eletrificação rural, a construção de armazéns para grãos e de uma estrutura de pesquisa agropecuária. Ou seja, o Estado promoveu a criação de sistemas técnicos capazes de dinamizar a produção e a circulação agrícola. Essas medidas foram adotadas para o território nacional, incluído aí o Rio Grande do Norte.

4. As novas materialidades do território e a agricultura potiguar

Os fatores anteriormente mencionados possibilitaram a criação de uma infraestrutura no território do Rio Grande do Norte, desencadeando uma reestruturação produtiva e do território, o que permitiu a reestruturação da agricultura, como, por exemplo, o melhor aproveitamento dos recursos hídricos existentes no RN e o uso de diversas técnicas de irrigação, fatores essenciais para o desenvolvimento da fruticultura no Vale do Açu e na Chapada do Apodi. Segundo Silva (2004), os investimentos públicos foram carregados para incentivar os projetos de irrigação privados, que já vinham sendo postos em prática desde a década de 1960. Assim, o investimento em infraestrutura de irrigação variou desde a perfuração de poços artesianos de grande profundidade, entre 700 e 1000 metros, até a construção da barragem com capacidade para 2,4 bilhões de m³ de água. Conforme Silva (2004), a irrigação no Vale do Açu foi feita como uma atividade econômica, em que, quando concretizadas as obras hídricas governamentais, houve a implantação dos projetos privados de irrigação, que acirrou o mercado de terras.

Na contemporaneidade, na agricultura potiguar, são utilizados diversos métodos de irrigação, tais como: por superfície em sulcos, mais apropriada para o plantio de milho; a aspersão (por pivô central e outros métodos), bem como por método localizado (como gotejamento, microaspersão). Há uma predominância do uso de irrigação por aspersão que ocorre em todo o estado, contudo, o método de aspersão por pivô central é bastante pontual, em razão do custo inicial de implantação ser elevado, ocorrendo apenas em municípios como Ielmo Marinho, na produção de abacaxi; Arês e Macaíba, na produção de cana-de-açúcar; Ipanguaçu, na produção de banana; e em Touros, na produção de melão.

As técnicas de irrigação por sulcos, por sua vez, são utilizadas com maior intensidade nos municípios de Cruzeta e de Caicó, no Seridó Potiguar, sobretudo em virtude da produção de milho forrageiro. Já o método de irrigação localizada, sobretudo o de gotejamento, a técnica mais eficiente ocorre principalmente no município de Baraúna, com a produção de melão e, como evidência da ocorrência mais expressiva dessa prática, nesse município, há empresas especializadas em irrigação agropecuária, como a Cagipel e a Agroirrigação Primavera. Nas últimas décadas, os produtores têm procurado adotar a microaspersão e o gotejamento, técnicas mais racionais na rega de frutas, pois essas permitem irrigar individualmente cada pé de planta, economizando água e garantindo a qualidade dos solos. Outra vantagem que esses novos equipamentos de irrigação trazem é a possibilidade de se combinarem com o uso de fertilizantes ou defensivos, simultaneamente.

Entretanto, é importante ressaltar que somente 6.756 estabelecimentos agropecuários do RN fazem uso de irrigação, o que equivale a somente 8,1% do total de estabelecimentos do estado; 4,8% do total de estabelecimentos que usam irrigação no Nordeste, que tem um total de 138.013 unidades; e, ao considerar a escala nacional, verifica-se que o RN reúne apenas 2% do total de estabelecimentos agropecuários que fazem uso de irrigação no Brasil, que possui um total de 329.073 unidades. O que nos faz perceber que a distribuição dos sistemas técnicos que possibilita o uso dos recursos hídricos pela agricultura no RN é bastante seletiva, uma vez que há uma concentração de canais, barragens, açudes e principalmente de poços nos municípios do Vale do Açu (IBGE, 2006).

Os investimentos feitos em infraestrutura ampliam as possibilidades de difusão das atividades produtivas, pois modificam a composição técnica e organizacional do território. Portanto, analisando os principais sistemas técnicos presentes no RN, não só aqueles referentes ao uso da água na agricultura, mas também as principais rodovias (federais e estaduais), os quatro portos e o aeroporto internacional, notamos que o estado dispõe de equipamentos e infraestrutura que asseguram o desenvolvimento de atividades produtivas que exigem elevada densidade técnica, possibilitando a mobilidade da força de trabalho e os fluxos de mercadorias, capitais e ordens.

No caso do Rio Grande do Norte, a integração com os demais pontos do território nacional é feita pelos modais rodoviário e hidroviário, sendo o RN interligado a todo Nordeste e demais regiões do Brasil pelas rodovias BR 101 e BR 226, ambas com conexão com a BR 406 e com a BR 304, constituindo-se essas rodovias em elementos que contribuem para a fluidez do território.

No caso do Rio Grande do Norte, cujo principal porto está localizado no município de Natal, as mercadorias exportadas, sobretudo os produtos agrícolas, chegam até o cais por meio do transporte rodoviário, predominantemente em caminhões containerizados, a exceção do açúcar, que pode chegar via caminhões graneleiros.

O porto de Natal se apresenta como sendo o principal responsável pelo transporte de cargas, permitindo a circulação das mercadorias. Também destacamos que o transporte desses produtos é realizado por duas armadoras: a Companhia Marítima de Afretamento/Companhia Geral Marítima (CMA CGM) e pela MARFRET, ambas empresas francesas. Conforme Antas (1997), tais empresas atuam em parceria, associando-se com o intuito de compartilhar e reduzir os custos, de modo que existe um total de 6 navios operando no porto de Natal, dos quais 4 pertencem à empresa CMA CGM e 2 à empresa MARFRET. Essas armadoras revezam o uso do espaço destinado aos contêineres, em acordos feitos anualmente ou por safra.

As armadoras oferecem uma linha semanal com destino à Europa, passando pelos portos de Algeciras e Vigo, situados na Espanha; Rotterdam, na Holanda; Tilburyn, na Inglaterra; Rouen e Le Havre, localizados na França. O retorno da Europa para o continente americano é feito pelo porto de Philipsburg, nas Antilhas; Portof Spain, em Trinidad e Tobago; Degrad Des Cannes, situado na Guiana Francesa; passando pelo porto de Belém e de Fortaleza, já no Brasil, até recomeçar o percurso pelo porto de Natal. Além da linha semanal com destino à Europa, esporadicamente, são enviados navios ao continente africano, os quais são destinados exclusivamente para o transporte de parte considerável do açúcar produzido no RN (ANTAS, 1997; CODERN, 2013; LUIZ, 2010).

No ano de 2011, de acordo com os dados da FIERN (2011), os embarques de frutas tropicais contribuíram com 48% da receita total de exportação e os demais produtos alimentícios exportados no ano (açúcar, bombons, bebidas e balas) representaram 7% do total das exportações. Contudo, a participação do Rio Grande do Norte nas divisas de exportações nacionais totalizou apenas 0,11% em 2011, de modo que, embora a exportação de frutas do estado tenha contribuído com 15% das frutas exportadas no país, o RN ocupa a quarta posição do Nordeste, após os estados de Ceará, Pernambuco e Bahia.

Não obstante, Luiz (2010) destaca que os principais problemas que dificultam a fluidez do território e a movimentação das mercadorias pelo porto de Natal estão relacionados ao pequeno número de equipamentos e até à ausência deles, como é o caso do guindaste de terra, e esses

problemas se agravam na época de safra das frutas, quando o porto tem uma concentração de suas operações. Outro problema recorrente diz respeito à existência de apenas uma linha de navegação (a que é realizada semanalmente), que desencadeia maiores gastos e perda de tempo para as empresas que objetivam escoar a produção para outros portos nos quais a linha disponível não abrange.

Portanto, consideramos essencial a materialidade existente no território do Rio Grande do Norte, como as grandes obras hídricas, os modais de transporte e o sistema portuário, os quais tornam viáveis os usos do território, incluindo o uso agrícola. Desse modo, são igualmente importantes para a realização da agricultura no RN, os sistemas técnicos voltados especificamente para a realização da agricultura, como a presença de máquinas e equipamentos agrícolas, o uso de irrigação e de aditivos químicos na produção (ARROYO, 2013).

É importante ressaltar que, com o aumento do consumo produtivo agrícola, decorrente da reestruturação produtiva, a etapa de produção propriamente dita, a produção agrícola em si, tornou-se apenas mais um elo no processo produtivo, em razão do desenvolvimento de um setor que antecede (à montante) e de outro que sucede a etapa de produção propriamente dita (à jusante). Desse modo, as atividades agrícolas que apresentam níveis técnicos e informacionais mais elevados demandam mais investimento de capital, uso da força de trabalho qualificada, emprego de aditivos químicos, de máquinas, de computadores, de novos métodos de gestão, além dos investimentos em *marketing*, processamento, logística, que modificam a organização do território.

5. A coexistência de diferentes usos do território rural potiguar no contexto da reestruturação produtiva

A incorporação das inovações no território e no processo produtivo agrícola não ocorre de maneira plena, havendo, portanto, áreas de produção agrícola que não apresentam elevado nível técnico com conteúdo informacional e que possuem um consumo produtivo agrícola inexpressivo. Ao mesmo tempo, não podemos admitir a existência de uma mera dualidade da agricultura no território brasileiro, onde, de um lado, haveria áreas de agricultura tradicional e, de outro, áreas de agricultura moderna, ambas existindo de maneira dissociada. Quando Santos e Silveira (2001) chamam atenção para a coexistência de zonas de densidade e de rarefação técnica, não significa que as áreas “densas” existem dicotomicamente com as áreas “rarefeitas”, pois os supracitados autores ressaltam que há uma verdadeira infinidade de situações e graus intermediários. Há complementaridade entre essas áreas agrícolas com níveis técnicos diferenciados, uma vez que essas possuem funções distintas no contexto e na estrutura em que estão inseridas, ou seja, na divisão territorial do trabalho agrícola.

Nesse contexto, podemos verificar que os produtores e as áreas do território que apresentam uma dinâmica agrícola mais expressiva, do ponto de vista econômico, no geral, estão integrados ao mercado internacional, com uma produção voltada para atender principalmente às demandas desse mercado. Também se verifica a especialização da produção, a grande integração com os setores industrial e financeiro e uma demanda por mão de obra especializada, além do predomínio do trabalho assalariado. Destacamos ainda a grande quantidade de fluxos e de interações existentes com a economia global, bem como a alta produtividade, a presença de grandes empresas e a rapidez e eficiência do processo produtivo, com planejamento do calendário agrícola e do mercado do agronegócio. Assim, ocorre a produção de frações dos espaços adaptados às novas condições técnicas, com vistas à multiplicação da sua eficiência, enquanto espaço de reprodução ampliada do capital, como destaca Lipietz (1988).

Do mesmo modo, há também áreas com uma produção agrícola pautada nos interesses e nas demandas do mercado interno, sobretudo com a produção de lavouras alimentícias e da pecuária bovina leiteira, com diversificação da produção, apresentando baixa integração industrial, tanto de consumo de bens de produção, quanto de beneficiamento/processamento dos produtos. Esse segmento da agricultura potiguar se caracteriza também pela escassez de recursos financeiros, acesso irregular à assistência técnica e pelo emprego, sobretudo, da força de trabalho não assalariada. Além de tais condições, ressaltamos os tempos lentos que regem o processo produtivo agrícola das referidas áreas.

Entretanto, como temos defendido, insistimos em não compreender a coexistência desses tipos de agricultura dicotomicamente, mas, pelo contrário, buscando identificar suas inter-relações e complementaridades. Desse modo, torna-se necessário ressaltar que, nas áreas agrícolas mais dinâmicas ou no que se convencionou chamar de “agricultura moderna”, comumente se observa o uso de trabalho manual, em detrimento de máquinas e de equipamentos agrícolas, em várias etapas do processo produtivo, em razão dos menores custos na contratação de mão de obra com baixa especialização. O trabalho manual, quase sempre, é sazonal, ocorrendo até mesmo trabalho semi-escravo, como é o caso de algumas áreas de produção de cana-de-açúcar, no litoral oriental, conforme notícias veiculadas pela mídia local.

Não obstante, aqueles produtores situados em áreas de produção agrícola de pouca relevância econômica, em muitos casos, até especializam sua produção em lavouras que serão destinadas à exportação, tornando-se responsáveis apenas pela etapa de produção propriamente dita, como é o caso da produção de castanha de caju no estado. Em situações como essas, comumente, é possível observar os contratos de compra e de venda antecipada da safra, estabelecidos entre os produtores e agroindústrias, bem como a utilização do sistema de integração agroindustrial, acordo

firmado entre produtores e indústrias processadoras, ou ainda a presença de atravessadores que intermediam a comercialização dos produtos. Além disso, parte desses produtores também consome insumos produtivos, acessa o crédito rural, a assistência técnica e a pesquisa agropecuária, ainda que em menor escala.

Dessa maneira, não podemos reduzir as dinâmicas econômicas e territoriais da agricultura a uma mera dicotomia “tradicional-moderno” ou mesmo “agronegócio-agricultura familiar”, do mesmo modo que não podemos entender o território do Rio Grande do Norte a partir da dissociação entre “áreas de densidade” e “áreas de rarefação” resultantes da reestruturação produtiva, sem considerar que existem imbricações entre tais, que há pontos de convergência e que esses modelos de agricultura e essas áreas do território brasileiro desempenham funções específicas no contexto da divisão territorial do trabalho.

Sendo assim, as mudanças pelas quais passaram e têm passado a agricultura potiguar, por meio da intensificação do processo de reestruturação produtiva, não eliminaram por completo seus elementos e dinâmicas preexistentes, possibilitando, portanto, que as dinâmicas territoriais da agricultura se tornem muito mais complexas, uma vez que elementos novos e velhos se combinam e coexistem, na medida em que essa atividade intensifica sua relevância econômica e seu consumo produtivo.

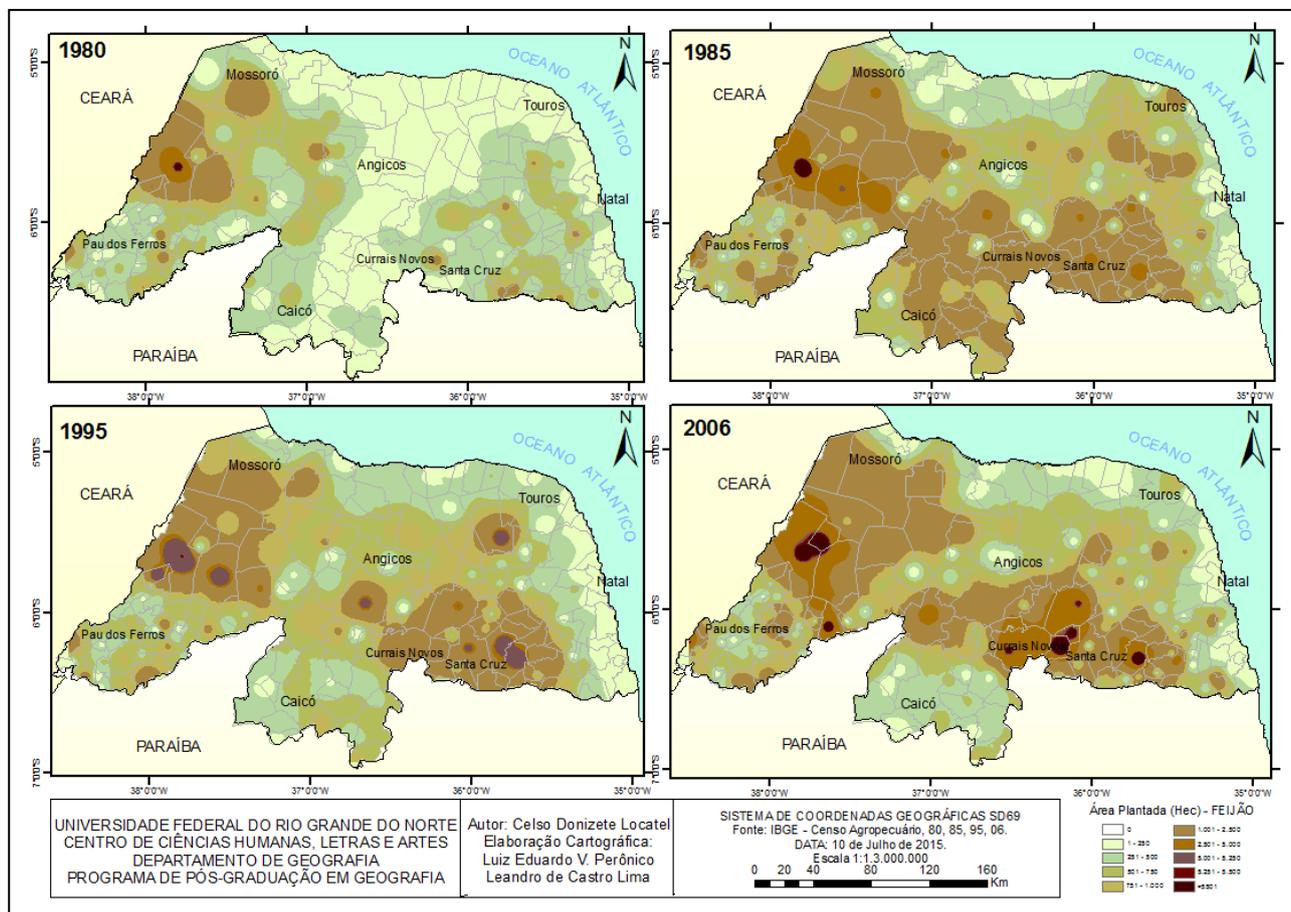
A partir da década de 1980, novas lavouras passaram a ser produzidas no Rio Grande do Norte, como desdobramento do processo de modernização da base técnica e da reestruturação produtiva do capital, com ênfase no setor agrícola, bem como lavouras tradicionalmente cultivadas no estado também passaram por contínuas modernizações, mas essas últimas não foram suprimidas pelas primeiras, não havendo concorrência entre ambas.

Quando analisamos a distribuição territorial da produção das atividades agrícolas tradicionais no Rio Grande do Norte, percebemos que elas não apresentaram redução de área plantada, em decorrência do cultivo de frutas tropicais.

Diante disso, é relevante destacar que as lavouras tradicionais alimentícias – consideradas como a base da alimentação da população, portanto, voltadas para o mercado interno, tais como o feijão, a mandioca e o milho – também incorporaram novas técnicas produtivas, ainda que de forma menos intensa. No caso da produção de feijão, no Rio Grande do Norte, essa se apresenta de maneira pulverizada no território, evidenciando que não houve concorrência entre as lavouras alimentícias para o mercado interno e as lavouras destinadas à exportação.

Em relação à década de 1980, é possível verificar que a produção de feijão estava concentrada no Agreste Potiguar e no Alto Oeste (MAPA 1), apesar de sua dispersão no território. No ano de 1985, mesmo tendo sido um período de estiagem, a produção de feijão não apresentou

redução, dispersando-se ainda mais no território, inclusive para o Seridó Potiguar. Já no período entre 1995 e 2006, o que se observa é a dispersão da produção de feijão, que está presente em todo o estado, com destaque para o Alto Oeste e o Agreste Potiguar.



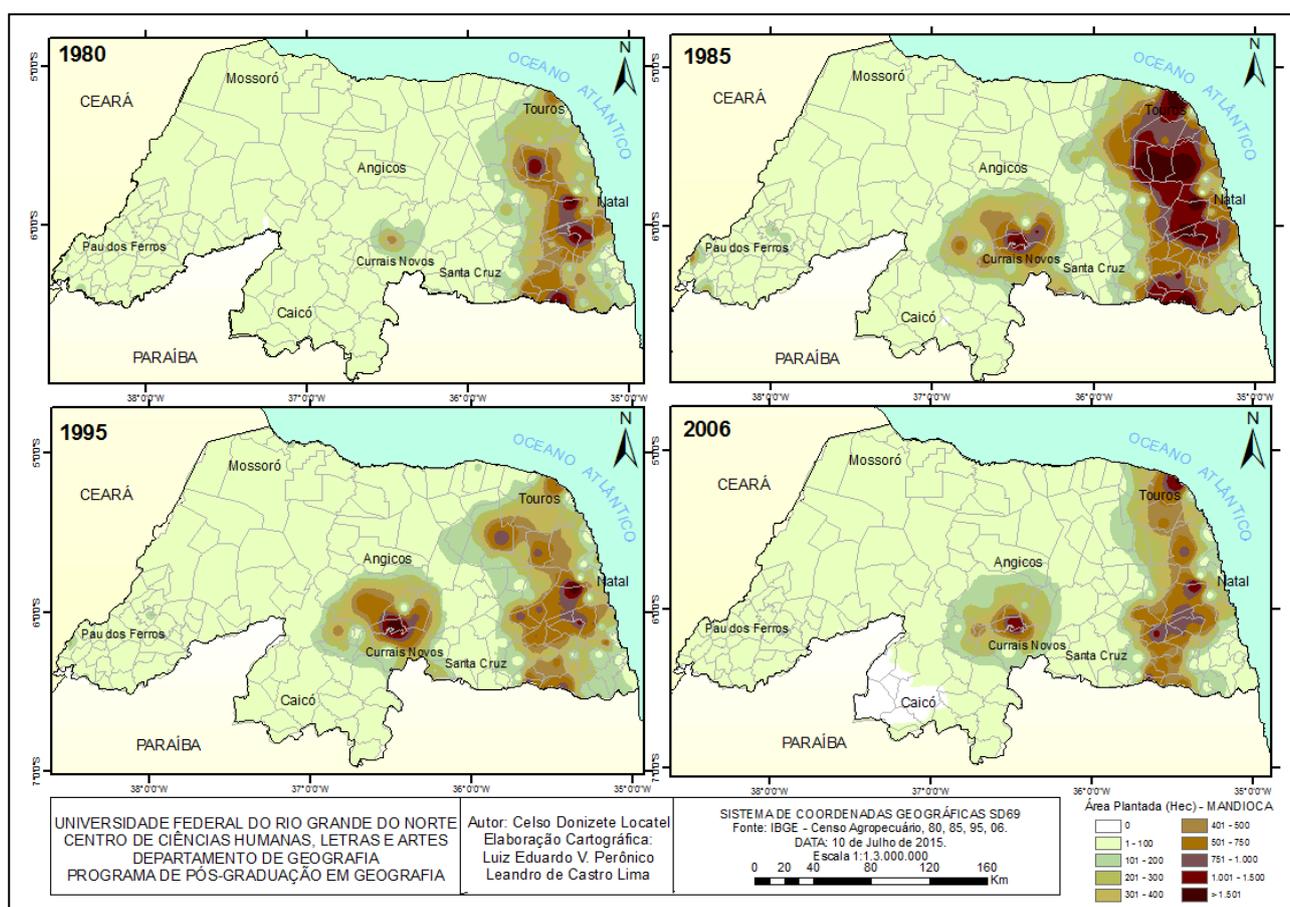
MAPA 1: Rio Grande do Norte: Evolução da produção de feijão (1980 – 2006).

No que se refere à produção de mandioca no estado, historicamente, o Agreste Potiguar se apresentou como o principal produtor e mais recentemente, sobretudo a partir da década 1990, Salvador (2009) afirma que a atividade mandiocueira no estado está modificando suas bases técnicas para aumentar a produtividade. A emergência da preocupação com a alta qualidade dos padrões industriais no processamento de mandioca coexiste com as tradicionais casas de farinha de processamento artesanal.

A partir da década de 1980, a atividade mandiocueira começou a incorporar novas tecnologias ao processo produtivo, desencadeando mudanças técnicas e nas relações de trabalho sob a lógica capitalista, ou seja, relações de assalariamento. Dentro dessa lógica, a produção da mandioca passa a ser feita com o uso de máquinas e de adubos químicos; a transformação dela em farinha tem sido realizada também em indústrias de farinha, que dispõem de instrumentos técnicos movidos à eletricidade, o que reduz a necessidade de emprego da força de trabalho. Além disso, a

mandioca não é mais cultivada pelos produtores com o escopo primordial de assegurar o autoconsumo, mas sim com o de atender à demanda por matéria prima para casas e indústrias de farinha (SALVADOR, 2009; RAMALHO, 2003).

Entre 1980 e 2006, verifica-se que houve a redução da produção no Alto Oeste, mantendo a produção na região do Seridó, mais especificamente, na Serra de Santana, e no Agreste do estado (MAPA 2), região de maior destaque na produção de farinha de mandioca. Devemos destacar que a redução da área plantada com mandioca não se deu em decorrência da introdução ou da expansão das áreas cultivadas com frutas.

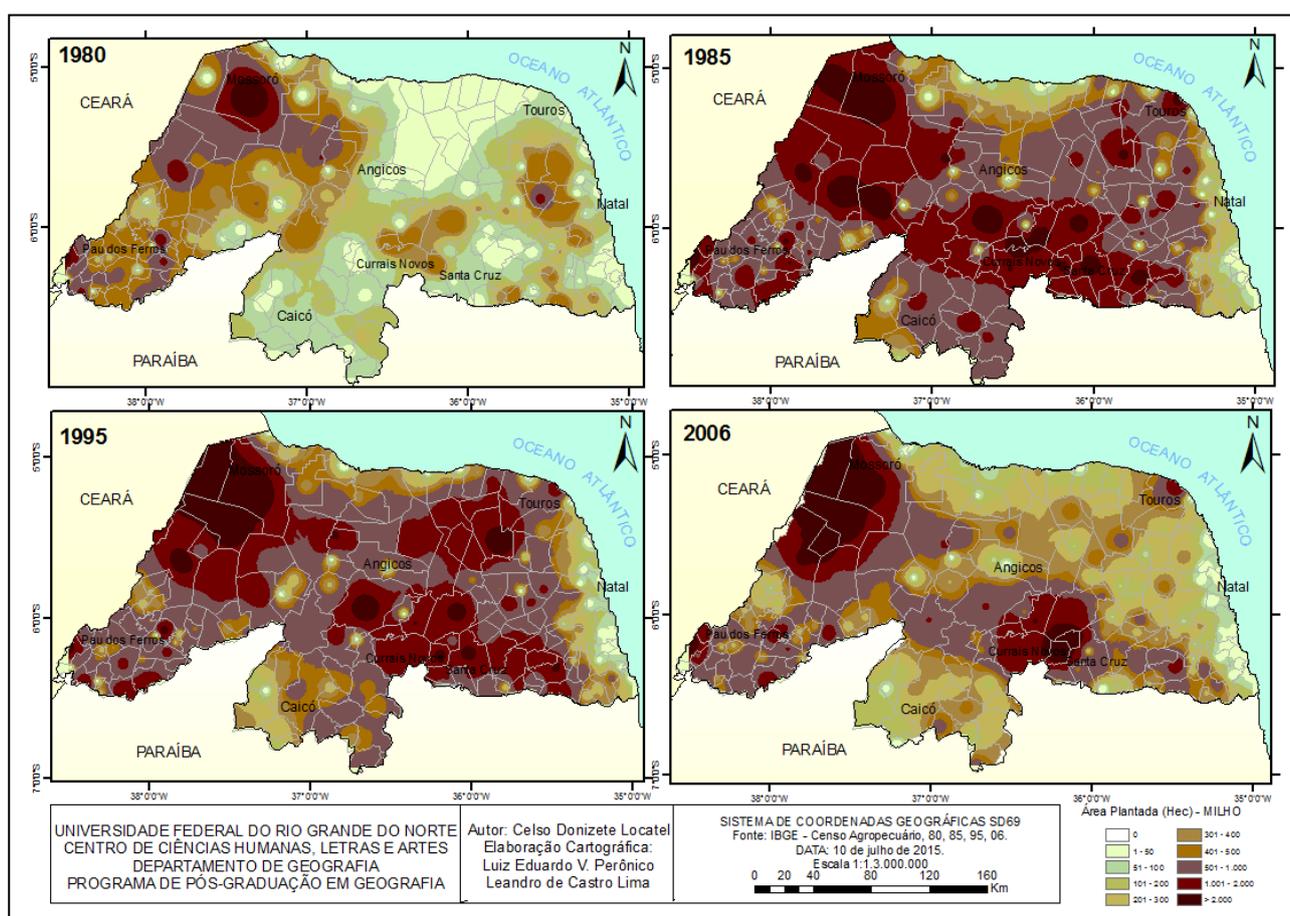


MAPA 2: Rio Grande do Norte: Evolução da produção de mandioca (1980 – 2006).

Além da produção de mandioca, ressalta-se o caso da produção de milho no Rio Grande do Norte, atentando para o fato de que ela apresentou um aumento do volume produzido e da área cultivada, no período entre 1980 e 2006, de tal modo que se verifica a distribuição espacial da produção de milho em todo o estado (MAPA 3), fazendo com que municípios, onde não foram registradas áreas utilizadas para o cultivo dessa lavoura no ano de 1980, passassem a apresentá-las. Esse cultivo é realizado predominantemente por agricultores que não estão integrados ao mercado

internacional, mas que se dedicam a esses cultivos, visando assegurar o autoconsumo e o abastecimento do mercado interno com o excedente da produção de lavouras alimentícias.

No ano de 1985, registrou-se a maior área destinada ao cultivo de milho no estado, com uma leve redução nos períodos consecutivos, mas, mesmo assim, os dados registrados em 2006 são bem maiores que os dados de 1980.



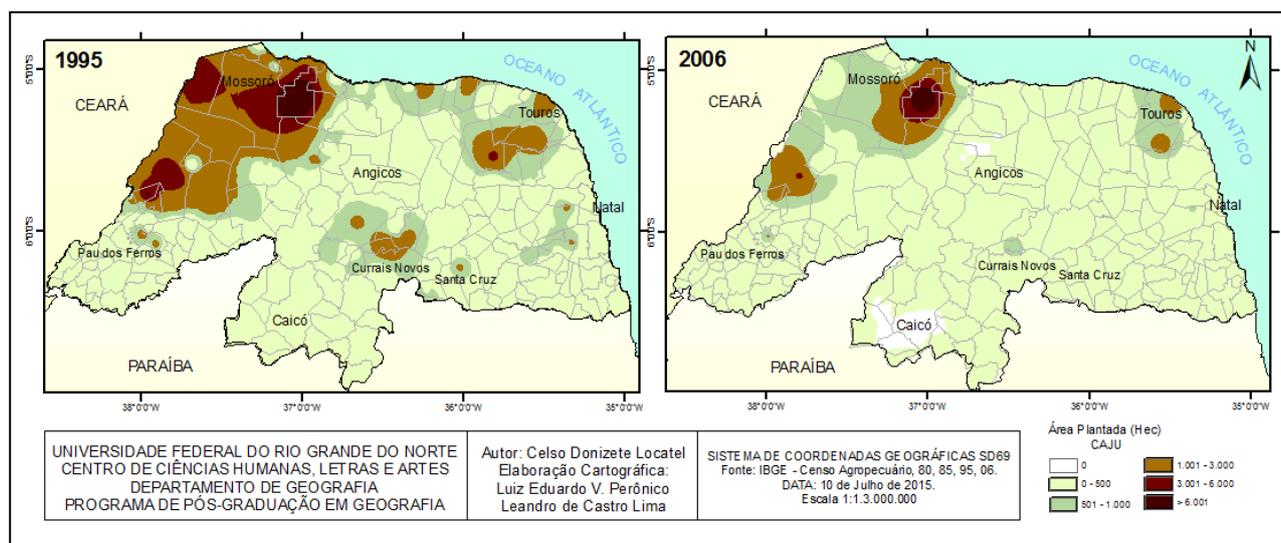
MAPA 3: Rio Grande do Norte: Evolução da produção de milho (1980 – 2006).

Já no que concerne à produção de caju no Rio Grande do Norte, por se tratar de um fruto endêmico, esse sempre esteve pulverizado em todo o território, e inicialmente a exploração era realizada com extrativismo. Mesmo com o incentivo do governo do RN para se cultivar essa planta, para torná-la mais eficiente economicamente, até a década de 1980, a atividade foi caracterizada pelos baixos níveis de produtividade e o uso de técnicas produtivas rudimentares.

A partir da década de 1990, a produção de castanha de caju no estado, um dos principais produtos da pauta exportadora, tem todo seu conteúdo científico-informacional presente na produção propriamente dita, com o uso de biotecnologia, no desenvolvimento de novas variedades de cajueiro que possibilitam maior produtividade, como a variedade de cajueiro-anão, ao passo que toda a etapa de processamento da castanha de caju é realizada com o uso de tecnologias

inadequadas em instalações precárias, havendo uma coexistência de níveis técnicos nas diferentes etapas da produção.

Com o uso de técnicas mais avançadas e variedades mais produtivas, por um lado, e com a baixa produtividade e incidência de pragas nos pomares mais antigos, formados com cajueiro gigante (comum), por outro, observa-se que houve uma redução da área ocupada com a cajucultura (MAPA 4).



MAPA 4: Rio Grande do Norte: Evolução da produção de caju (1995 – 2006).

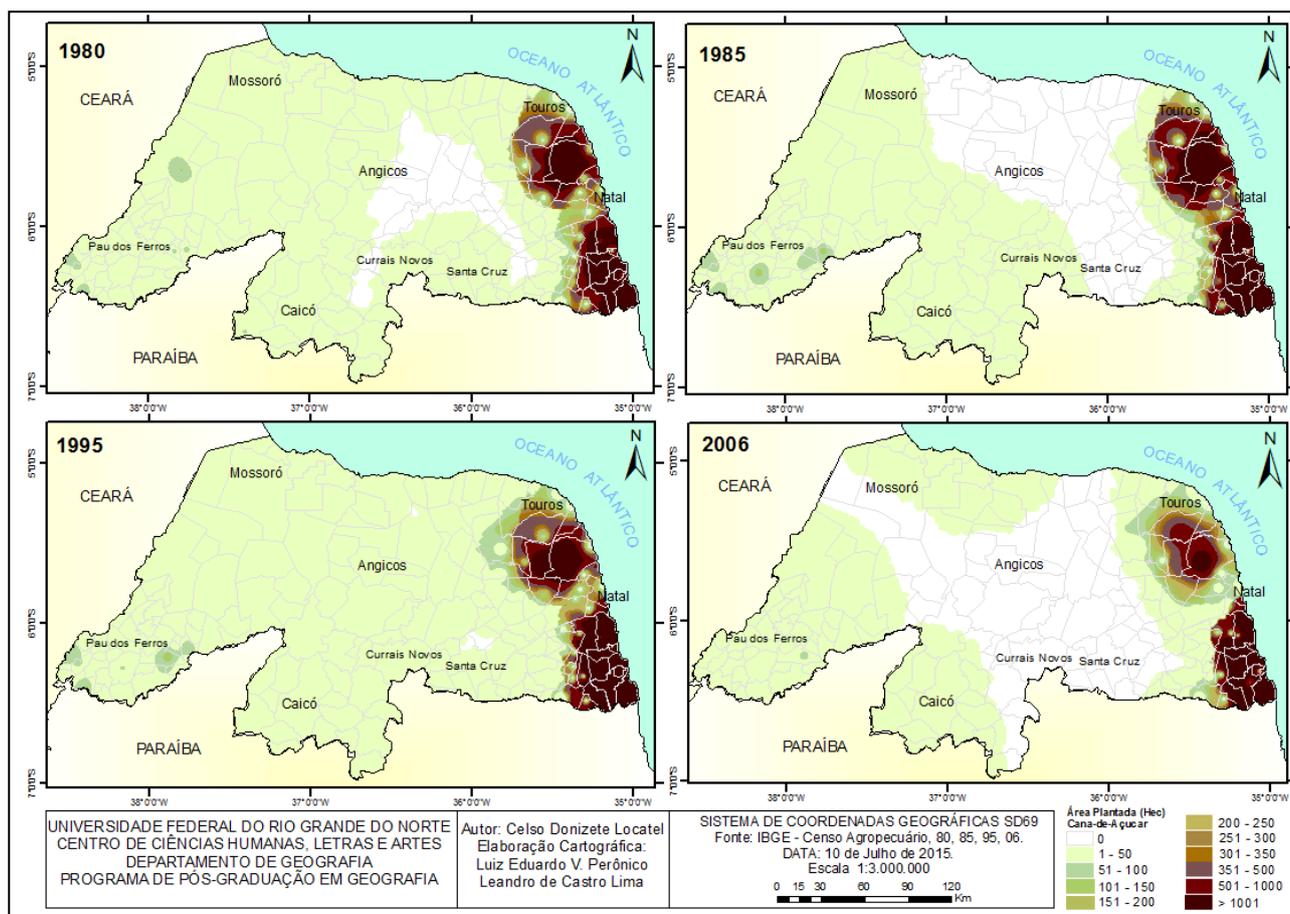
Entre os municípios que se destacam em quantidade produzida estão Apodi; Serra do Mel; Lagoa Nova; Severiano Melo; Portalegre; João Câmara; Martins e Mossoró. Verificamos que os produtores de castanha de caju se encontram nas mais diversas categorias, quanto à condição do produtor e aos grupos de área colhida.

No intuito de aumentar a produtividade, altos investimentos foram feitos no desenvolvimento de tecnologias que permitiram avanços no preparo do solo, nas técnicas de adubação, no controle de pragas, doenças e das ervas daninhas, no plantio do cajueiro e na irrigação adequada. Além disso, houve o desenvolvimento de diversas técnicas de melhoramento genético da planta, com fins econômicos e, mais especificamente, o melhoramento clonal, tendo sido desenvolvidos clones de cajueiro anão precoce (FBB, 2010). Nesse sentido, o cajueiro comum apresenta cajus desuniformes, heterogêneos, com menor produtividade e qualidade inferior da produção. Ao passo que o cajueiro anão precoce apresenta cajus uniformes, homogêneos, com alta produtividade e qualidade da produção, obtém-se, portanto, 100% das plantas produtivas e melhores preços nos produtos (EMPARN, 2010).

Assim, mesmo com a redução da área plantada, houve registro do aumento da produção da castanha de caju, devido ao ganho de produtividade com as novas variedades. De acordo com os dados da EMPARN (2010), entre 2000 e 2009, a produção de castanha aumentou de 30.546 ton/ano para 48.918 ton/ano.

Dessa maneira, coexistem no Rio Grande do Norte unidades de produção que desenvolvem jardins clonais de cajueiro-anão precoce irrigado com as unidades de produção em que os produtores dispõem de níveis técnicos inferiores ou mesmo inexpressivos, de modo que dependem unicamente das condições físico-naturais. O cajueiro comum de porte médio pode ser comumente encontrado em todo litoral nordestino, mas a nova variedade, o cajueiro-anão, por sua vez, requer um nível técnico mais sofisticado no processo produtivo, de modo que não ocorre em todo o RN, mas apenas em alguns pontos do estado, como o município de Serra do Mel e de Lagoa Nova, na Serra de Santana.

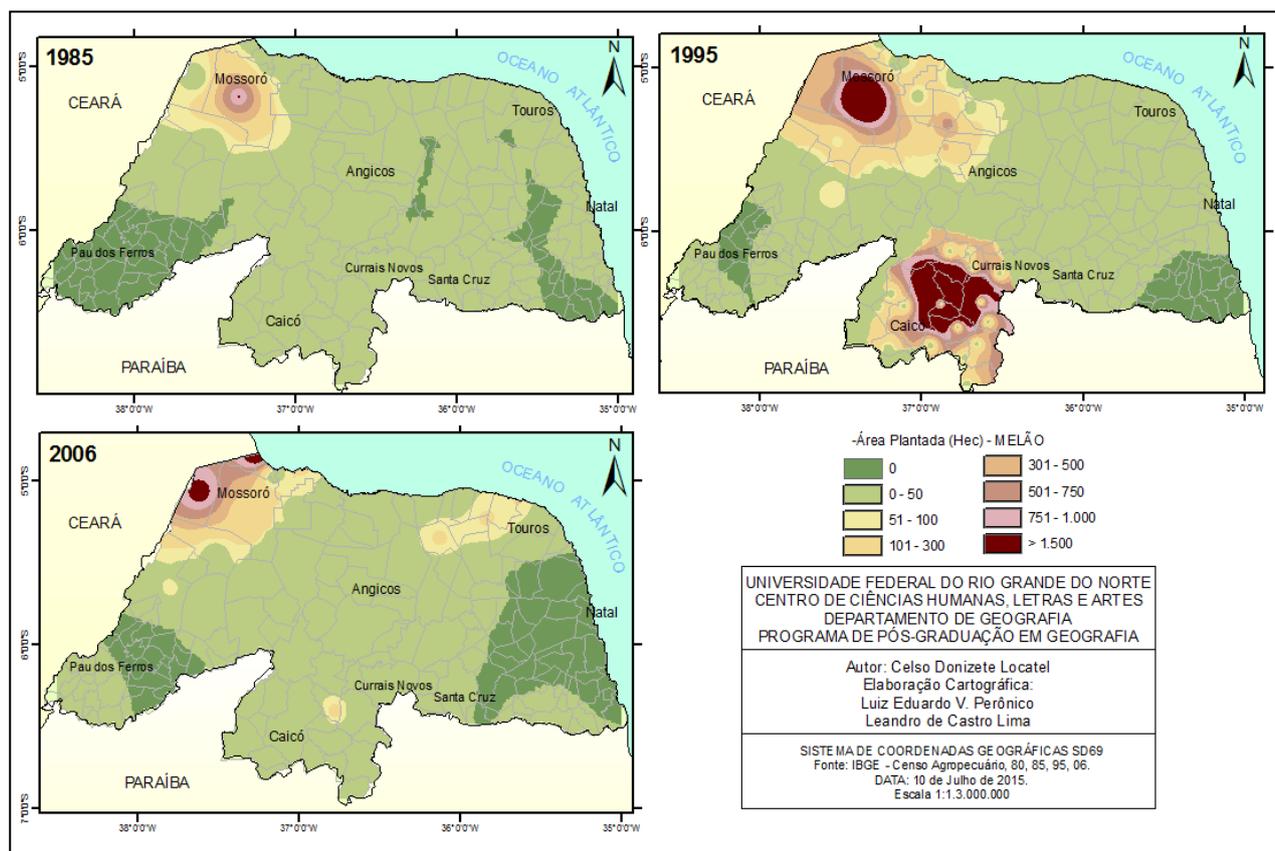
No que diz respeito à produção de cana-de-açúcar no estado, por sua vez, essa esteve presente desde a colonização do Rio Grande do Norte. No entanto, no período histórico atual, ganha novos significados. Na década de 1980, a atividade canavieira ainda estava bastante dispersa no território potiguar, sendo mais expressiva na faixa litorânea, com técnicas agrícolas mais modernas e voltadas para a produção de açúcar e de álcool, ressaltando-se que, no Alto Oeste do estado, a atividade é menos expressiva, destinada à produção artesanal de rapadura e melão para o mercado interno, além da utilização da cana para a alimentação animal (MAPA 5).



MAPA 5: Rio Grande do Norte: Evolução da produção de cana-de-açúcar (1980 – 2006).

Em 1985, houve redução da cana-de-açúcar plantada no Alto Oeste, em razão do período de estiagem prolongado, contudo, não houve redução da produção no litoral oriental, marcada pelas sofisticadas técnicas de irrigação utilizadas. Já no ano de 2006, é possível notar que a produção de cana-de-açúcar está concentrada na faixa litorânea oriental, sobretudo na porção sul, destacando-se o município de Arês, principal produtor de cana-de-açúcar no estado, em razão da presença da Usina Potiguar Estivas, vendida ao grupo Louis Dreyfus, no ano de 2007.

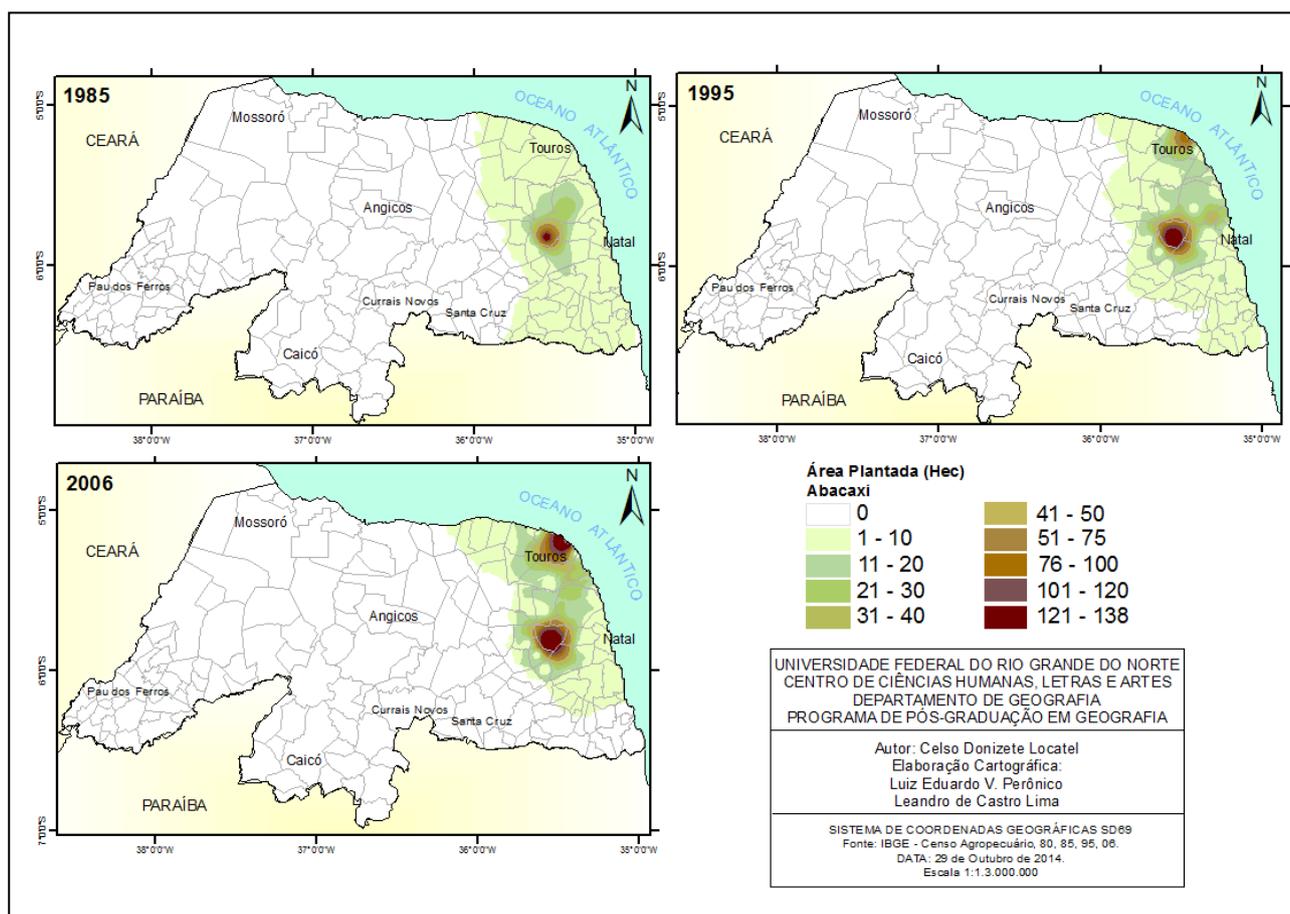
Uma atividade introduzida, a partir da lógica do agronegócio voltado para a exportação de frutas, foi a produção de melão. De acordo com Andrade (2013), os primeiros plantios foram realizados no município de Mossoró, no início dos anos de 1980, com o uso de técnicas de irrigação. Com os bons resultados obtidos, o cultivo dessa fruta começa a ser realizado nos municípios vizinhos de Baraúna, de Carnaubais, de Upanema, de Açú, de Gov. Dix-Rosado e de Caraúbas (MAPA 6).



MAPA 6: Rio Grande do Norte: Evolução da produção de melão (1985 – 2006).

O cultivo do melão foi introduzido na Chapada do Apodi pela empresa Mossoró Agroindustrial S/A (MAISA), nos moldes da monocultura, o que gerou bons resultados para a empresa. Na década de 1990, novas empresas passaram a atuar na região, no segmento da fruticultura irrigada, ampliando a produção de melão, colocando esse produto como o mais importante da economia agrícola do estado. No ano de 1995, registrou-se a maior área ocupada com esse cultivo no estado, na Chapada do Apodi e na Região do Seridó, com a atuação de vários tipos de produtores, desde grandes empresas multinacionais até pequenos produtores, que foram atraídos pela rentabilidade apresentada pela atividade. Com a concorrência estabelecida no mercado, algumas empresas abandonaram o cultivo de melão, assim como muitos pequenos produtores. Como consequência disso, em 2006, foi registrada uma acentuada redução da área plantada. Mas a melonicultura atingiu certo grau de organização e de tecnificação, com a atuação de grandes empresas que se dedicam, principalmente, à exportação, mantendo a atividade como uma das mais importantes da agropecuária do estado.

Outro cultivo de fruta que se destaca no Rio Grande do Norte é o abacaxi. Podemos observar que, no ano de 1985, havia a ocorrência do cultivo dessa lavoura apenas no litoral oriental e no Agreste potiguar, sendo o abacaxi cultivado a partir do uso de técnicas agrícolas mais rudimentares e por pequenos produtores, exclusivamente para o mercado interno (MAPA 7).



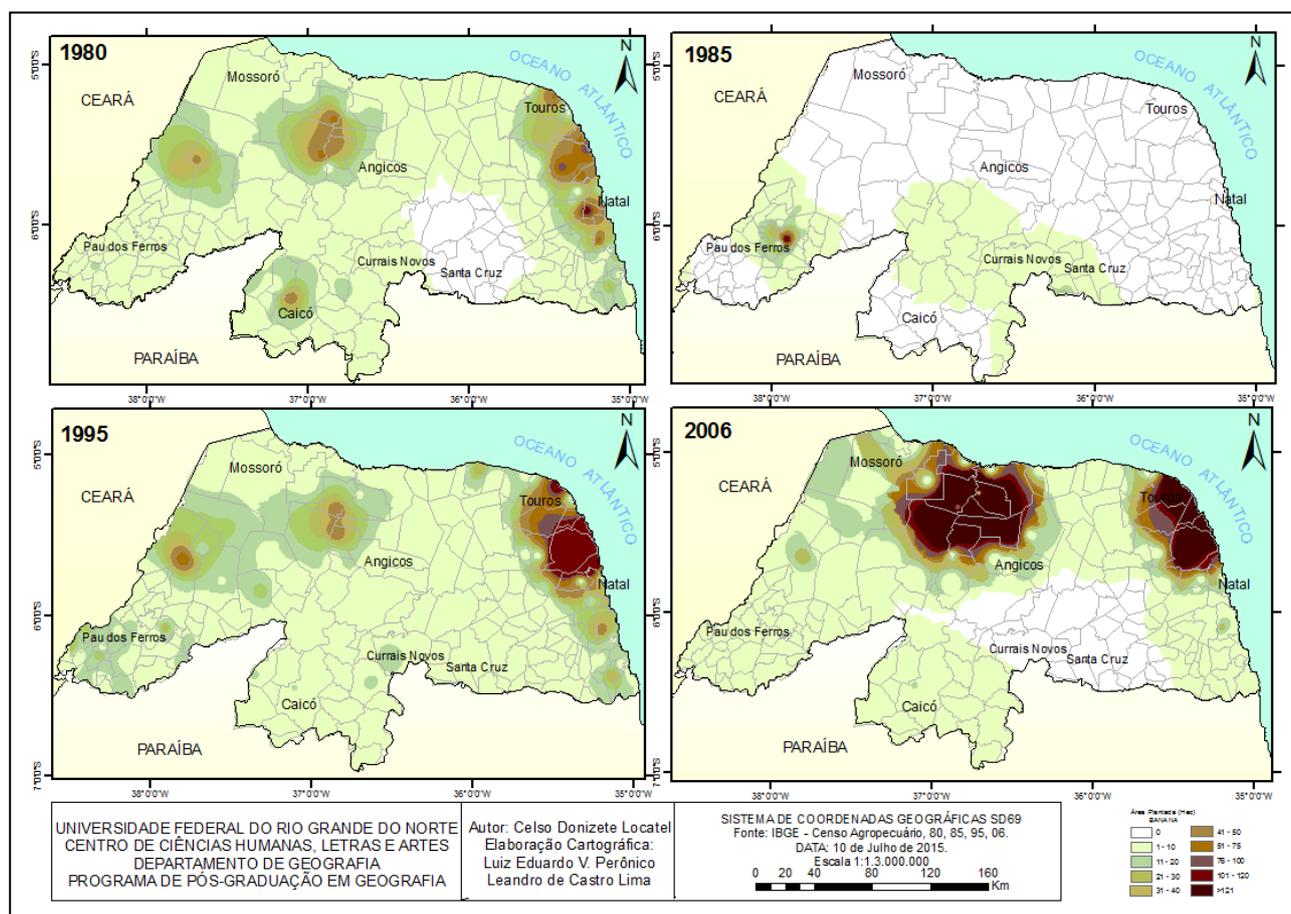
MAPA 7: Rio Grande do Norte – Evolução da produção de abacaxi (1985 – 2006).

O ano de 1985 foi marcado por um acentuado período de estiagem, de modo que houve uma redução da produção de abacaxi no estado, uma vez que nessa lavoura não se utilizava técnicas de irrigação. Já no ano de 1995, é possível perceber que, apesar da dispersão no litoral oriental e no Agreste potiguar, os municípios de Touros e de Ielmo Marinho já apresentavam destaque quanto ao volume de produção do fruto.

Mais recentemente o que se verifica é uma concentração da produção de abacaxi nos municípios de Touros e de Ielmo Marinho, esse último se constituindo em um importante produtor do fruto no estado, com um volume de aproximadamente 500.000 toneladas em 2006.

No que concerne à produção de banana no Rio Grande do Norte, na década de 1980, essa fruta era predominantemente cultivada no sistema de sequeiro, sem irrigação, e, por essa razão, estava pulverizada em todo o território potiguar (MAPA 8). Contudo, a partir de meados da década de 1980, os esforços feitos pelo Estado brasileiro para a criação de uma ampla infraestrutura favoreceram a instalação de empresas e, por conseguinte, a incorporação de técnicas modernas de irrigação, reconcentração fundiária e emprego de força de trabalho assalariada, de tal modo que a

produção de frutas tropicais, incluindo a banana, passa a ser feita dentro de uma lógica do grande capital, que foca suas ações na exportação.



MAPA 8: Rio Grande do Norte: Evolução da produção de banana (1980 – 2006).

Dessa maneira, em 1995, a produção de banana no estado ainda estava pulverizada em todo o território, mas, a partir do ano de 2006, já é possível perceber uma concentração da produção de banana no Vale do Açu, sobretudo no município de Ipanguaçu, produção a qual está voltada, agora, para o mercado externo e feita em bases técnicas modernas.

Assim, podemos constatar que o desenvolvimento de novas atividades agrícolas no território potiguar não gerou concorrência pelo uso do solo entre essas e as atividades já existentes. Algumas culturas, como a do caju e a do milho, apresentaram a incorporação de técnicas modernas de produção. Ainda, de alguma forma, todas as atividades agrícolas tradicionais tiveram suas práticas facilitadas pelas melhorias das infraestruturas, que deram maior fluidez ao território.

6. Considerações Finais

A materialidade gerada pela reestruturação produtiva no Rio Grande do Norte, em especial nas áreas rurais, evidencia a expressão territorial das diferentes lavouras e dos níveis técnicos que

coexistem na agricultura, ressaltando a seletividade do capital no uso do território, uma vez que, por um lado, o estado apresenta altos investimentos em técnicas sofisticadas e, por outro, demonstra que, apesar da importância econômica e social da agricultura, essa ainda apresenta sérios obstáculos a serem superados. Além disso, o Estado atua como principal agente indutor do processo de reestruturação produtiva em curso, por meio da criação de infraestrutura e da atuação de instituições financeiras e técnicas. Porém, essa atuação não atende às necessidades de todos os agentes sociais, privilegiando os hegemônicos, ou seja, grandes e médios proprietários de terras e empresas ligadas ao agronegócio e à logística.

De forma resumida, pode-se afirmar que a reestruturação produtiva, ocorrida a partir da segunda metade do século XX, em especial a partir da década de 1970, tem como reflexo a expansão dos sistemas técnicos voltados à implantação de infraestruturas no território, o que possibilitou a inversão de capitais em atividades agropecuárias, provocando o redimensionamento dos fatores locacionais clássicos. Isso provoca uma dispersão espacial da produção, inovações técnicas e organizacionais, bem como intensifica as trocas intersetoriais, acirrando a divisão social e territorial do trabalho, imprimindo um caráter mais sistêmico em todos os circuitos produtivos dos diversos segmentos agrícolas e setores econômicos.

É importante frisar que a reestruturação produtiva do capital não se realiza de forma dissociada do território e da técnica. Não há uma hierarquia ou uma sequência entre o desencadear desses processos. Não há reestruturação produtiva do capital sem a reestruturação da técnica e do território.

O processo de reestruturação produtiva agrícola que vem ocorrendo no campo potiguar, nas últimas décadas, é perpassado por um conjunto de processos globais relacionados à acumulação do capital, que reflete na perda da capacidade de decisão local e no aumento das desigualdades internas, com o aumento da densidade técnica em alguns pontos do território.

REFERÊNCIAS

ALBANO, G. P. **Globalização da agricultura e concentração fundiária no município de Ipanguaçu-RN**. Recife: UFPE, 2008.

ANDRADE, A. A. **O uso do território pela fruticultura irrigada no Rio Grande do Norte: uma análise a partir do circuito espacial produtivo do melão**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013.

ANTAS, S. B. B. **Porto de Natal: estrutura, operacionalidade e viabilidade econômica**. NATAL: Departamento de Geografia, UFRN, Natal, 1997. (Monografia)

ARROYO, M. **Desigualdades regionais e novos conflitos: transformações recentes no meio geográfico do Rio Grande do Norte**. Publicado em 2013. Disponível em: www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/.../4683/4550. Acesso em 28 de dezembro de 2013.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI**. São Paulo, Hucitec, 1996.

BERNADELLI, M. L. F., LOCATEL, C. D., BARBUDO, R. R. Reestruturação sócio-espacial e a segregação da vivenda: os casos de Santiago do Chile, Mendoza e Buenos Aires. **Scripta Nova**. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2003, vol. VII, núm. 146(134). < [http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(134\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(134).htm) > [ISSN: 1138-9788]

CODERN – COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE. **A História dos Portos do Rio Grande do Norte**. Disponível em: < <http://www.codern.com.br/> > Acesso em: 08 de dezembro de 2013.

CORDEIRO, H. K. A “cidade mundo” de São Paulo e o complexo corporativo do seu centro metropolitano. In.: SANTOS, Milton, et all. (Org.) **Fim de século e globalização**. São Paulo: Hucitec, 1997. p.271 a 84.

DANTAS, E. W. C.; PANIZZA, A. C.; e PEREIRA, A. Q. Vilegiatura marítima no Nordeste brasileiro. **Anais X Colóquio Internacional de Geocrítica**, Barcelona, 2008.

DEMATTEIS, G. Suburbanización y periurbanización. Ciudades anglosajonas y ciudades latinas. In MONCLÚS, Francisco Javier. **La ciudad dispersa**. Barcelona: Centre de Cultura Contemporànea de Barcelona, 1998, p.17-34.

EMPARN – Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte. Histórico. 2010. Disponível em: < <http://www.emparn.rn.gov.br/Conteudo.asp> >. Acesso em 12 de junho de 2014.

FERNANDES, A. A. **Autoritarismo e resistência no Baixo-Açu**. Natal: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 1992.

FIERN – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Cadastro Industrial do Rio Grande do Norte – 2011**. Disponível em: < <http://cadindustrial.fiern.org.br/>>. Acesso em 22 de Julho de 2013.

Fundação Banco do Brasil – FBB. **Os frutos sociais do caju**. N T Mendes Editora: 2010.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica**.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo, Loyola, 1993.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Ed. Loyola, 2003.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário de 2006**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso contínuo.

- LIPIETZ, A. **O capital e seu espaço**. São Paulo, Nobel, 1988.
- LOPES, R. **Competitividade, inovação e territórios**. Oeiras (Portugal): Celta Editora, 2001.
- LUIZ, T. B. **Logística Circulação e meio técnico-científico-informacional**: uma análise sobre o porto de Natal – RN. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2010. (Monografia)
- MAPA - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO. **Plano agrícola e pecuário 2011-2012**. Brasília: Secretária de Política Agrícola. Disponível: <http://www.agricultura.gov.br/arg_editor/file/Ministerio/planos%20e%20programas/plano%20agricolola%202009%202010.pdf>. Acesso em 02 de fevereiro de 2014.
- MAPA - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO. Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR). **Manual operacional do PRONAF**. Brasília, 1996.
- MDA – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. SAF – Secretaria da Agricultura Familiar. DATER – Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/Pnater.pdf>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2014 e Recursos para assistência técnica e extensão rural. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/sra/programas/credito/2444653>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2014.
- OLIVEIRA, C. A. et al. (Org.). **O mundo do trabalho, crise e mudança no final do século**. São Paulo: Scritta/Campinas - Cesis-Unicamp, 1994.
- PETRELLA, R. **Los límites a la competitividad**. Buenos Aires, UNQ, 1996.
- POCHMANN, Márcio (Org.). **Reestruturação produtiva**: perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social. Petrópolis: Vozes, 2004.
- RAMALHO, M. L. Uso do território – técnica e fome. In: SOUZA, Maria Adélia aparecida de. (Org.). **Território Brasileiro**: Usos e Abusos. Campinas: Edições Territorial, 2003.
- SALVADOR, D. S. C. de O. A modernização da atividade mandiocueira e uso atual do território do Agreste Potiguar. **Revista Mercator** - volume 9, número 20, 2010: set./dez.
- SANTANA, L. M. **Produção, emprego e receita tributária**: O efeito paradisíaco das frutas tropicais no Pólo Agroindustrial do Açu/RN. Natal: Ed. Universitária UFRN, 1997. (Coleção Vale do Açu, v.14).
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, M. **Por uma Outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. 19ª Ed; Rio de Janeiro: Record, 2010.
- _____. **A natureza do espaço**. 3ª ed., São Paulo: Hucitec, 1999.
- SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo, Nobel, 1998, p. 47-73.

SILVA, A. Do rural ao local: os reflexos das políticas públicas nos “municípios rurais” do Nordeste. In: WANDERLEY, M. N. B. (Org.) **Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro**. São Paulo: Polis; Campinas: Ceres, 2004.

SILVEIRA, M. R. (Org.). **Circulação, transportes, e logística: diferentes perspectivas**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SWYNGDOUW, E., KESTELOOT, C. Le passage sociospatial du fordisme à la flexibilité: une interpretation des aspects spatiaux de la crise et de son issue. **Espaces & Sociétés**. Paris, L'Harmattan, n. 54-55, 1989, p. 243-268.

THOMAZ JÚNIOR, A. Reestruturação do capital no campo, no século XXI, e os desafios para o trabalho. **Revista Pegada**. Presidente Prudente: UNESP. Volume 5, número 1 e 2, novembro de 2004.

Recebido em 12/07/2015

Aceito em 27/08/2015